
Wladimir Novaes Martinez

Advogado especialista em Direito Previdenciário

DESAPOSENTAÇÃO

7ª edição



LTR®



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP – Brasil
Fone: (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Abril, 2015

Versão impressa: LTr 5246.3 – ISBN 978-85-361-8381-7

Versão digital: LTr 8678.9 – ISBN 978-85-361-8363-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martinez, Wladimir Novaes

Desaposentação / Wladimir Novaes Martinez. — 7. ed. — São Paulo : LTr, 2015.

Bibliografia.

1. Aposentadoria — Brasil 2. Desaposentação 3. Renúncia (Direito do trabalho) — Brasil I. Título.

15-02333

CDU-34:331.25(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desaposentação : Direito do trabalho 34:331.25(81)

10372810

Sumário

À Guisa de Introdução	23
-----------------------------	----

Capítulo 1 – Histórico do Instituto

EC n. 20/98	27
Juiz temporário	27
Primeiras idealizações	28
Congressos técnicos	29
Eventos científicos	29
Dissertações acadêmicas	30
Projeto de lei	31
Doutrina nacional	31
Tribunal de Contas	33
Atualidade e tendências	33
Conselho de Recursos	33
Direito comparado	34

Capítulo 2 – Direito à Aposentação

Previsão constitucional	35
Liberdade de trabalhar	35
Direito de jubilar	35
Natureza do ato	36
Desistência do pagamento	36
Manifestação de vontade	36
Nuanças procedimentais	37
Questões semânticas	37
Validade da ideia	38
Órgão concessor	38
Conclusão adequada	38

Capítulo 3 – Fontes Formais

Carta Magna	40
Texto constitucional	41
Norma legal	41
Desoptante de IAP	41
Regra regulamentar	42
Disposição administrativa	42
Cancelamento do abono	42
Trabalhador público	43

Parecer normativo.....	43
Jurisprudência contenciosa	43
Acerto de contas	43

Capítulo 4 – Visão dos Estudiosos

Cláudia Vilela	45
Isabella Araújo.....	46
Tarso Guimarães	46
Ivani Bramante.....	46
Castro e Lazzari.....	47
Fábio Zambitte.....	47
Hamilton Coelho	47
Lorena Colnago.....	47
Roseval Rodrigues.....	48
André Cazu.....	48
Rodrigo Cardoso.....	48
Cirlene Zimmermann.....	48

Capítulo 5 – Conceito de Renúncia

Presença na desaposentação	49
Definição doutrinária	50
Sujeitos capazes	51
Essência jurídica.....	51
Tipos de abdicação.....	52
Características elementares.....	52
Direitos disponíveis.....	53
Extinção de processo.....	53
Direito do Trabalho.....	53
Contencioso administrativo	54
Questões incontroversas	54

Capítulo 6 – Natureza Técnica

Direito subjetivo.....	55
Direito personalíssimo.....	56
Nuclearidade alimentar	56
Substitutividade dos ingressos.....	57
Intuitu personae.....	57
Definitividade da concessão	57
Continuidade mensal.....	58
Manutenção do valor.....	58
Independência de condição.....	58
Imprescritibilidade do direito	58

Impenhorabilidade do montante.....	58
Desistência do pedido.....	58

Capítulo 7 – Questões Jurídicas

Constitucionalidade do tema	60
Segurança jurídica.....	60
Titularidade do direito.....	60
Relação jurídica.....	61
Ministério Público	61
Alcance do instituto	61
Prestações securitárias	61
Prestações sanitárias.....	62
Decadência da pretensão	62
Impedimento de fato	62
Duração do procedimento	62
Princípios aplicáveis.....	62
Regras de interpretação	63
Presunções possíveis	64
Ofensa à isonomia.....	64

Capítulo 8 – Enriquecimento Ilícito

Natureza dos indeferimentos	65
Estudo jurídico.....	65
Posse indevida	65
Atribuição legal	65
Poder de contestação.....	66
Superávit previdenciário.....	66
Déficit da inadimplência.....	66
Enriquecimento do segurado	66

Capítulo 9 – Constitucionalidade do Direito

Posição do MPS.....	67
Benefícios positivados.....	67
Direito adquirido	67
Ato jurídico perfeito.....	68
Coisa julgada	68
Tranquilidade jurídica	68
Ofensa ao ordenamento.....	68
Direito Administrativo.....	69
Papel da previdência	69

Capítulo 10 – Natureza Alimentar

Introdução do tema	70
Fonte formal.....	70

Componentes básicos	71
Salário mínimo.....	71
Prestações securitárias	71
Pensão alimentícia	71
Situação do percipiente.....	71
Sobrevivência e subsistência.....	72
Pagamento de atrasados	72
Consequências da classificação.....	72
Necessidade de regulamentação.....	72
Valor padrão.....	72
Pensamento da doutrina.....	73
Conclusões finais.....	73

Capítulo 11 – Exaurimento da Via Administrativa

Juízo sumular	74
Pensamento doutrinário.....	74
Norma constitucional.....	74
Soluções possíveis	74
Portaria do MPS.....	75
Protocolo no INSS	76
Papel do Judiciário.....	76
Jurisprudência dos tribunais	76
Requerimento administrativo	76
Provas do requerimento	76

Capítulo 12 – Justiça Competente

Segurado e INSS.....	77
Servidor Federal e RPPS	77
Servidor estadual e RPPS.....	77
Forças Armadas.....	77
Militares dos Estados	77
Parlamentares do Congresso Nacional	77
Previdência complementar.....	77
Benefícios trabalhistas	78
Servidor e EFPC pública.....	78

Capítulo 13 – Pressupostos Lógicos

Aposentação e desaposentação.....	79
Benefício em manutenção	80
Manifestação do titular	80
Desistência formal.....	81
Restabelecimento do equilíbrio.....	82

Motivação específica	83
Objetivo de melhorar.....	83
Lei de reciprocidade.....	84
Ausência de prejuízo.....	84
Cessação do pagamento.....	85
Preservação do direito	85

Capítulo 14 – Características Básicas

Direito procedimental.....	86
Desconstitu�o de ato.....	86
Prazo decadencial.....	86
Efeito suspensivo.....	87
Reedi�o do pedido.....	87
Custo administrativo	87
Providências internas.....	88
Declara�o da desaposenta�o	88
Distin�o�es cabíveis	88
Irrenunciabilidade do direito	89
Arrependimento da desaposenta�o.....	89

Capítulo 15 – Causas Determinantes

Extin�o do pecúlio	90
Fator previdenciário.....	90
Piores meses	90
Redu�o das aposentadorias.....	90
Serviço público.....	91
Ensinamentos da doutrina	91
Posi�o da jurisprudência.....	91
Supera�o da decadência.....	91
Disposi�o de ser ativo.....	91

Capítulo 16 – Modalidades Adotadas

Escopo não previdenciário	92
No bojo do RGPS.....	92
RGPS para RPPS	93
Dentro do RPPS.....	93
RPPS para RPPS.....	93
Proporcional para integral.....	93
Mudança de cargo.....	94
Benefício por incapacidade	94
Invalidez para idade	95
Previdência complementar.....	95

Capítulo 17 – Distinções Necessárias

Cessação natural.....	96
Conversão de benefício.....	98
Opção do titular.....	99
Prestação mais vantajosa.....	99
Suspensão e cancelamento.....	100
Auxílio-reclusão.....	100
Reversão do aposentado.....	101
Reintegração do segurado.....	101
Solução das acumulações.....	101
Revisão e incorporação.....	102

Capítulo 18 – Revisão das Mensalidades

Significado técnico.....	103
Natureza jurídica.....	103
Pressuposto jurídico.....	103
Norma mais benéfica.....	103
Interstício trienal.....	103
Imprescritibilidade do direito.....	104
Data do início.....	104
Restituição de valores.....	104
Distinção da transformação.....	104
Cuidados mínimos.....	104
Revisão da pensão.....	104

Capítulo 19 – Restauração do Pecúlio

Conceito básico.....	105
Natureza jurídica.....	105
Benefício em extinção.....	105
Fim da prestação.....	105
Retorno vedado.....	106
Prazo decadencial.....	106
Valor não recebido.....	106
Múltipla atividade.....	106
Posição doutrinária.....	106
Equívoco da extinção.....	107

Capítulo 20 – Art. 18, § 2º, do PBPS

Constitucionalidade do dispositivo.....	108
Dicção legal.....	108
História do dispositivo.....	108
Benefícios permitidos.....	109

Vedação de nova prestação	109
Direitos assistenciários.....	109
Deflagrador de outras prestações	109
Prestações simultâneas.....	109
Atividades ou contribuições.....	109
Conclusões finais.....	110

Capítulo 21 – Volta ao Trabalho

Implicações jurídicas	111
Vedação no RGPS.....	111
Prestações por incapacidade.....	112
Vedação num RPPS.....	112
Atividade privada	112
Medidas administrativas.....	112

Capítulo 22 – Transformação de Benefícios

Comum em acidentário.....	114
Doença e invalidez	114
Auxílio-doença e auxílio-acidente	114
Invalidez e idade.....	115
LOAS e aposentadoria.....	115
Tempo de contribuição e aposentadoria especial.....	115
Insalubridade e idade.....	116
Incapacidade e maternidade.....	116
Benefícios dos dependentes.....	116
Percentuais variados.....	116

Capítulo 23 – Despensão

Conceito mínimo	117
Distinção da desaposentação.....	117
Pensamento do Judiciário.....	117
Titular do direito.....	118
Novo benefício	118
Pensamento da doutrina.....	118
Prazo de decadência.....	119
Características gerais.....	119

Capítulo 24 – Abdicações Possíveis

Definição de abdicação	120
Inação do titular.....	120
Justiça do Trabalho	121
Fundo de Garantia	121
Reforma da Previdência.....	121

Estatuto do Servidor	121
Benefício concedido	122
Fatiamento do tempo	122
Transformação de benefício	122
Direito do Trabalho	122

Capítulo 25 – Prestações Renunciáveis

Benefícios por incapacidade	124
Auxílio-acidente	125
Reabilitação profissional	126
Pensão por morte	126
Salário-maternidade	127
Aposentadoria especial	127
Aposentadoria por idade	128
Tempo de contribuição	128
Amparo assistenciário	129
Seguro-desemprego	130

Capítulo 26 – Objetivos da Proposta

Status quo ante	131
Volta ao trabalho	132
Tempo de serviço	132
Compromissos civis	133
Retroação da DIB	133
Vedação da acumulação	134
Concurso público	134
Progressão funcional	134
Tratados internacionais	134
Benefício assistenciário	135

Capítulo 27 – Deferimento do Benefício

Requerimento do pedido	136
Protocolo da solicitação	137
Exigências institucionais	137
Instrução interna	137
Renda inicial	138
Deferimento da prestação	138
Intimação do titular	138
Encaminhamento ao banco	138
Valores iniciais	139
Cancelamento da instrução	139

Capítulo 28 – Consequências Institucionais

Cessação do benefício	140
Contribuições posteriores	141
Emissão de CTC.....	141
Atos praticados.....	142
Fundo de Pensão	142
Fundo de Garantia	142
PIS-PASEP	142
Qualidade de segurado	143
Contrato de trabalho	143
Empréstimo consignado.....	143
Pensão alimentícia	143
Fator previdenciário.....	144

Capítulo 29 – Desdobramentos Práticos

Aposentadoria proporcional	145
Nomenclatura adotada	145
Confusões jurídicas.....	145
Aspectos morais	145
Pressupostos subjetivos.....	145
Piores meses	146
Aumento do IR.....	146
Pagamento dos atrasados.....	146
Demora na solução	146
Benefício anterior.....	146
Indeferimento da pretensão	146

Capítulo 30 – Restituic o do Recebido

Causas não técnicas.....	148
Multiplicidade de situações	149
Contagem recíproca.....	150
Solidariedade entre regimes	150
Comparac�o dos planos	151
Dentro do regime.....	151
Observância da atuária	152
Regimes não recíprocos	153
Correntes possíveis.....	153

Capítulo 31 – Aspectos Biométricos

<i>De lege ferenda</i>	156
Equilíbrio atuarial e financeiro	156
Solidariedade entre os regimes.....	156

Portabilidade entre regimes.....	156
Identidade de regimes.....	156
Variedade de planos	157
Produto final	157
Tipo de prestação pretendida	157
Sexo do segurado	157
Origem do ambiente laboral	157
Idade do segurado	157
Montante dos benefícios.....	157
Contribuição efetivada	157
Serviço público anterior	157
Aposentadoria proporcional e integral.....	157
Acordo internacional	158
Crterios da restituição	158

Capítulo 32 – Devolução Tabelada

Norma previdenciária.....	159
Fundamento regulamentar.....	159
Natureza do percentual.....	159
Base de cáculo	159
Liquidação da dvida.....	160
Desconto de 20%	160
Definição do montante.....	160
Positivaco do parcelamento	160
Revisões <i>a posteriori</i>	160

Capítulo 33 – Desconto Máximo

Essência jurídica.....	161
Desconto das mensalidades	161
Líquido mínimo	161
Acordo de parcelamento.....	161
Obrigaco legal.....	161
Condenaco judicial	162
Atualização monetária	162
Resolução da obrigaco	162
Acordo com o RPPS.....	162
Sucessão hereditária.....	162
Restituico dos 25%.....	162
Autorização pessoal.....	163

Capítulo 34 – Divergências Doutrinárias

Ato jurídico perfeito.....	166
Definitividade da prestação	167

Aspecto moral	168
Ônus administrativo	169
Ausência de permissão	170
Conveniência do administrador	171
Vedação regulamentar	172
Validade do ato	172
Irrenunciabilidade do direito	173
Ofensa à compulsoriedade	173
Enriquecimento ilícito	173
Exemplo de cálculos	174
Jurisprudência comentada	174

Capítulo 35 – Instrumento Contencioso

Fontes formais	177
Sujeitos da relação	178
Pedido administrativo	178
Recurso Ordinário	179
Recurso Especial	179
Mandado de segurança	180
Ação ordinária	180
Tutela antecipada	181
Embargos Declaratórios	181
Emissão da CTC	182
Sentença ilíquida	182
Mesmice das análises	182

Capítulo 36 – Avaliação da Oportunidade

Desnecessidade da devolução	183
Devolução integral	183
Devolução dos 30%	183
Devolução dos 20%	183
Simulação da renda mensal	183
Transferência para um RPPS	184

Capítulo 37 – Cuidados Mínimos

Conhecimento do instituto técnico	185
Contratação de profissional	185
Simulação dos valores	185
Avaliação da competência	185
Risco da restituição	185
Possibilidade de demora	185
Indeferimento da pretensão	186

Superveniência de lei nova	186
Restabelecimento do pecúlio.....	186
Novo período básico de cálculo	186
Teto do salário de benefício	186
Poucas contribuições	186
Revisão do benefício anterior.....	186
Fator previdenciário.....	186
Regência de nova lei.....	187
Empréstimo consignado.....	187
Pensão alimentícia	187
Imposto de Renda	187
Período mínimo	187
Valor das contribuições.....	188
Cobrança de contribuições não recolhidas.....	188
Aposentação no RPPS.....	188
Percentual da restituição.....	188
Perda do processo.....	188

Capítulo 38 – Contagem Recíproca

Fundamento filosófico.....	189
Fontes formais.....	190
Conceito doutrinário	190
Reciprocidade gestora.....	190
Regimes envolvidos.....	191
Comandos acolhidos.....	191
Compensação financeira	192
Período de carência.....	192
Aposentadoria especial	192
Tempo de contribuição.....	192

Capítulo 39 – Aposentação Compulsória

Considerações iniciais.....	193
Fonte formal.....	194
Natureza jurídica.....	194
Impropriedade semântica.....	194
Constitucionalidade da lei.....	195
Dificuldades inerentes.....	195
Inadequação da norma	195
Interesse público	196
Notários e registradores.....	196
Servidor público.....	196

Capítulo 40 – Servidor Público

Igualdade de tratamento.....	198
Necessidade de cargo	198
No mesmo regime.....	198
Atos praticados.....	199
Fundo de pensão	199
Fundo de Garantia	199
PIS-PASEP	199
Qualidade de segurado	200
Contrato de trabalho	200
Encerramento da disponibilidade.....	200

Capítulo 41 – Trabalhador Rural

Conceito de rurícola	201
Concepção trabalhista	202
Regime urbano.....	202
Salário mínimo.....	202
Segurado especial.....	203
Benefício citadino	203
Indenização para o RPPS.....	203
Aposentadoria por idade	203
Aposentadoria por tempo de contribuição	204
Aposentadoria especial	204

Capítulo 42 – Regime dos Informais

Fontes formais.....	205
Descrição do regime	206
Clientela de protegidos	206
Modalidade da filiação.....	207
Cálculo da contribuição.....	207
Alíquota vigente	207
Prestações disponíveis.....	207
Exclusão de benefício.....	207
Comunicação com o RGPS	208
Desaposentação dos informais.....	208

Capítulo 43 – Previdência Complementar

Fontes formais.....	209
Regimes previdenciários.....	209
Conceito de RPPS	210
Segurados abrangidos	210
Renda supletiva	210

Inércia complementar.....	210
Abdicação pública.....	211
Empregado de estatal.....	211
Regimes e planos.....	211

Capítulo 44 – Reflexos na Complementação

Ausência de subsidiaridade.....	213
Presença da subsidiaridade.....	213
Desaposentação complementar.....	213
Renúncia e nova aposentação.....	214
Proporcional para integral.....	214
Presença de superávit.....	214

Capítulo 45 – Súmulas Incidentes

Rio Grande do Sul.....	215
Irreversibilidade do RPS.....	215
Norma subordinante.....	216
Interesse coletivo.....	217
Comparação dos planos.....	217
De lege ferenda.....	218
Rio de Janeiro.....	219
Viabilidade da operação.....	219
Alcance da Súmula.....	219
Motivação da decisão.....	219
RGPS para RPPS.....	220
Desaposentação nos RPPS.....	220
Tempo de contribuição.....	220
Tribunal de Contas.....	220

Capítulo 46 – Regulamentação da Matéria

Alcance da disciplina.....	222
Rol das prestações.....	222
Topografia do dispositivo.....	222
Indenização ao INSS.....	222
Perecimento da pretensão.....	223
Cômputo do tempo.....	223
Inclusão do servidor.....	223
Regime jurídico.....	223
Proposta doutrinária.....	224

Capítulo 47 – Projeto de Lei

Conceito de renúncia.....	226
Alcance da abdicação.....	226

Definição da desaposentação.....	226
Transformação de benefícios.....	226
Revisão periódica	227
Período de carência.....	227
Iniciativa da medida.....	227
Volta do pecúlio	227
Mesmo regime.....	227
Regimes distintos	227
Acerto de contas	227
Tipos de restituição.....	227
Regularização de débitos	228
Percentual do parcelamento	228
Extinção do benefício	228
Falecimento do segurado.....	228
Sucessão da dívida.....	228
Dúvida na dispensação	228
Aposentadoria por invalidez.....	228
Direito intertemporal.....	228
Empréstimo consignado.....	228
Pensão alimentícia	228
Ação regressiva	229
Acordos internacionais	229
Projeto Paulo Paim.....	229

Capítulo 48 – Acordos Internacionais

Normas regentes.....	230
Conceito mínimo	230
Natureza jurídica.....	231
Fontes de custeio	231
Prestações disponíveis.....	231
Doutrina nacional.....	231
Acerto de contas	231
Contribuições do RGPS.....	231
Cálculo atuarial	231
Possibilidade jurídica	232

Capítulo 49 – Art. 181-B do RPS

Texto regulamentar	233
Natureza das prestações.....	233
Origem do dispositivo	233
Iniciativa do Governo Federal	233
Imprestabilidade do preceito.....	234

Capítulo 50 – Exame de acórdão contrário

Ementa sob comento	235
Papel do instituto técnico	237
Art. 18, § 2º, do PBPS.....	237
Ação do MPS.....	237
Ato jurídico perfeito.....	238
Direito líquido e certo.....	238
Vedação legal	238
Incompatibilidade do regime	238
Volição da Administração Pública	238
Anulação ou revogação.....	239
Autorização legal.....	239
Ofensa à isonomia.....	239
Caráter alimentar	239
Intangibilidade do benefício.....	239
Direito patrimonial.....	240
Ônus do INSS.....	240
Salários de contribuição	240
Equilíbrio atuarial e financeiro	240
Impedimento geral.....	241
Lei da época dos fatos	241
Prazo da decadência.....	241

Capítulo 51 – Recurso Extraordinário do STJ

RE n. 1.3343488 do Supremo Tribunal Federal.....	242
Acórdão da 4ª Região	243
Recurso especial	244
Posição anterior.....	246
Restituição de mensalidades.....	248
Novas decisões.....	250

Capítulo 52 – Desaposeitação no Supremo

Ministro Marco Aurélio de Mello	255
Potencial de interessados	255
Acompanhar o STJ	255
Restituição das mensalidades	255
Desconto máximo.....	256
Regulamentação governamental	256
Posição do MPS.....	256
Revisão periódica.....	256
Voto de Teori Zavaski.....	256

Capítulo 53 – Sessão de Julgamento

Revisão de benefícios	258
Equilíbrio atuarial e financeiro	258
Acumulação de prestações.....	258
Ofensa à solidariedade.....	258
Argumentos da União.....	259
Possibilidade da renúncia	260
Fator previdenciário.....	260
Data do início da eficácia.....	261
Papel da contributividade.....	261
Restituição das mensalidades	261
Algumas conclusões.....	262

Capítulo 54 – Valor da Causa

Disciplina do CPC.....	263
Regra JEF	263
Definição da competência	263
Indagações propostas.....	263
Natureza do benefício	264
Valor da causa.....	264
Conclusões.....	265

Capítulo 55 – Desaposentação dos Deficientes

Identidade com benefícios.....	266
Disposição para trabalhar novamente	266
Multiplicidade de situações	266
Aposentadoria precoce	266
Relação jurídica.....	266

Capítulo 56 – Provas do Novo Trabalho

Distinção entre os períodos.....	267
Nova identidade	267
Exemplos de reemprego.....	267
Registro na CTPS	267

Capítulo 57 – Papel Científico da Desaposentação

Instituto técnico	268
Estudo da renúncia	268
Subjetividade do direito.....	269
Caráter patrimonial	269
Disponibilidade de bens	269
Ato jurídico perfeito.....	269

Silêncio normativo.....	270
Natureza alimentar da prestação.....	270
Desconstituição de ato administrativo.....	270
Regra de interpretação.....	270
Amplitude da abdicação.....	271
Definitividade da prestação.....	271
Função da contribuição.....	271
Fenômenos da manutenção.....	272
Papel do INSS.....	272
Volta ao trabalho.....	273
Norma mais benéfica.....	273
Moralidade da pretensão.....	273
Titularidade do direito.....	273
Cálculos da devolução.....	274
Equilíbrio atuarial e financeiro.....	274
Proporcional para integral.....	274
Enriquecimento ilícito.....	274

Capítulo 58 – À Guisa de Conclusão

Origem histórica.....	275
Participação do Judiciário.....	275
Oposição oficial.....	275
Regimes envolvidos.....	275
Disposição de indeferir.....	275
Dúvida dos estudiosos.....	276
Alcance da novação.....	276
Restituição do devido.....	276
Projetos de regulamentação.....	276
Dificuldades de interpretação.....	276
Obras do Autor.....	277

Anexo

Cartilha Prática — 304 Perguntas e Respostas.....	281
--	------------